

MATO GROSSO: A (RE)OCUPAÇÃO DA TERRA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA. ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Edison Antônio de Souza¹

Resumo: O artigo contemplará uma análise do conjunto de ações do Estado Brasileiro voltadas para a região amazônica, que viabilizaram o processo de abertura de grandes eixos rodoviários e dos incentivos fiscais, onde permitiram a implantação dos grandes projetos agropecuários e de colonização privada no Estado de Mato Grosso. Nosso objetivo é revelar as contradições na gestão das políticas públicas agrárias formuladas a partir dos anos 60 do século XX, estudando o desenvolvimento econômico, social e político daquela sociedade. A abordagem irá refletir sobre a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista no campo e a incorporação da Amazônia mato-grossense nesse contexto. Com isso procuramos entender qual foi o resultado desse processo e como essas relações inscrevem-se no campo do poder e da realidade agrária brasileira.

Palavras chave: Estado, políticas públicas, fronteira, Mato Grosso.

MATO GROSSO: THE (RE)OCCUPATION OF LAND IN THE AMAZON FRONTIER. STATE AND PUBLIC POLICY

Abstract: The article will show an analysis of the set of the Brazilian State proceeding aimed at the Amazon region, which have made feasible the process of opening major highways and tax incentives, have made possible the implantation of big framing projects and private colonization in the State of Mato Grosso. Our aim is to reveal the contradictions in the management of public land policies formulated since 60s of the twentieth century, studying the economic, social and political development of that society. The approach will reflect about the contradictory logic of capitalist development on the land and the incorporation of the Mato Grosso Amazon in this context. Thus we try to understand the result of this process and how these connections insert in the field of lawfield Brazilian agrarian reality.

Key words: State, public policies, frontier, Mato Grosso.

Introdução

Este artigo propõe-se a contribuir com a discussão em torno das políticas públicas do governo federal para a ocupação da Amazônia, sendo este, resultado de um processo de reflexão que tem como referencial empírico o norte de Mato Grosso, parte da Amazônia Legal², a partir da década de setenta do século XX. Nosso objetivo não é

¹ Docente e Pesquisador da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Sinop. Membro do Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil - CNPq. E-mail: edisonas@terra.com.br

² Segundo a divisão regional do País, a Amazônia Legal compreende a Região Norte (Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins) e parte da Região Centro-Oeste (o Estado de Mato Grosso). A soma das áreas destes Estados é de 4,7 milhões de km². A outra referência para o território amazônico, que o define como Amazônia Legal (denominação que aparece com o Plano

fazer uma reconstituição desse processo de ocupação³, mas alguns questionamentos considerados indispensáveis para a compreensão das condições atuais de ocupação e colonização daquela região.

O Norte de Mato Grosso faz parte das cinco mesorregiões homogêneas que foram agrupadas pelo IBGE, tendo como principais municípios: Sinop, Alta Floresta, Guarantã do Norte, Juara, Sorriso e Lucas do Rio Verde. A configuração contemporânea do espaço mato-grossense como fronteira de expansão do capital, resultou simultaneamente das formas econômicas e sociais de ocupação e colonização de seu território bem como das lutas sociais, em permanente elaboração ao longo desse processo.

A noção conceitual de região que orienta as nossas reflexões neste texto está referenciada nas interpretações de Pierre Bourdieu (2002: 107-132). Na análise da origem das divisões regionais e do comportamento regionalista de alguns grupos políticos, o referido autor afirma que a divisão regional surgiu simbolicamente e foi sendo reconhecido e legitimado a posteriori. Desta forma, a delimitação regional é estabelecida por quem nela vive e passa a compor o imaginário daqueles que a ela se referem. A identidade regional é, pois, um produto da construção humana. Para Bourdieu, o regionalismo é um movimento de defesa da identidade regional construída e sua eficácia está relacionada ao poder de quem a enuncia. Realiza-se através de lutas simbólicas contra regiões que se colocam como dominantes. As lutas regionais, por se relacionarem à identidade, adquirem expressiva força mobilizadora. Nelas, o que está em jogo é o poder de criar e recriar identidades, ou seja, uma luta também simbólica que visa se apropriar de vantagens simbólicas. A divisão regional de poder cria estigmas. As lutas regionalistas são lutas contra esta estigmatização (Cf. VISCARDI, 1997). O autor afirma ainda que "o discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada - e, como tal, desconhecida - contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que o ignora" (BOURDIEU, 2000: 116).

Desde a década de 1950, o Governo do Estado de Mato Grosso alienou glebas de terras para colonização. Muitas destas terras foram utilizadas para especulação por empresas até a década de 1970, quando Mato Grosso passou a receber um intenso fluxo

de Valorização da Amazônia em 1953), inclui o oeste do Maranhão. Contudo, ao fazer menção ao território a partir das práticas sociais, permitindo pensar o território no seu papel ativo, compreendendo a sua dimensão simbólica. A respeito da noção de região, cf. (BOURDIEU, 2000: 107-132). Sobre a concepção de território a partir de seus usos, Cf. (SANTOS, 1996).

³ A esse respeito consultar: (SOUZA, 2004).

migratório e as glebas passaram a ser loteadas. O Norte do Estado que era ocupado por índios, extrativistas, posseiros e alguns seringueiros, passou a ser ocupado por migrantes vindos do Sul do País. Para executar o projeto de "integração" da Amazônia estes espaços foram cortados por rodovias, desencadeando um processo violento e rápido de expropriação, domínio e controle daquela região. A colonização em terras públicas tinha o objetivo de reocupar com migrantes pobres a Amazônia Meridional. As áreas da fronteira agrícola da Amazônia mato-grossense foram utilizadas para instalar a população excedente do processo de modernização do Centro-Sul do Brasil. O processo de reocupação, com recursos públicos, executado de forma predatória, provocou uma transformação social e ambiental radical na Amazônia mato-grossense. Apesar das mudanças, permaneceu a concentração fundiária e de retorno de parte dos migrantes para a sua região de origem. A terra em grande parte, agora está ocupada por pastagens e por enormes extensões cultivadas com soja, milho e algodão (Cf: BARROZO, 2010).

A fronteira amazônica norte mato-grossense

Ao discutirmos sobre o processo histórico de ocupação da Amazônia Brasileira e mais especificamente a região norte de Mato Grosso, é relevante refletirmos sobre o “processo de acesso a terra pública e/ou devoluta na Amazônia e a violência praticada contra os povos indígenas, os colonos, ribeirinhos e posseiros; das políticas públicas que viabilizaram o processo de abertura de grandes eixos rodoviários na região e as políticas de incentivos fiscais que permitiram a implantação dos grandes projetos agropecuários e de colonização privada no Estado de Mato Grosso (OLIVEIRA, 1997: 11).” Nas palavras de José Vicente T. dos Santos (1993: 14), “o modo pelo qual o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo cria e recria a fronteira. Esta é uma realidade simultaneamente geográfica e histórica, passado e presente, envolvendo problemas sociais, demográficos, fundiários, econômicos, políticos e culturais”. Para este autor, a colonização sempre foi uma questão de Estado e, portanto, uma relação de poder, um ato de poder.

Em estudo realizado sobre a colonização oficial em Mato Grosso, Castro (1994: 17), sustenta que a “colonização surgiu como uma opção por parte do governo federal no sentido de fazer uma ampla distribuição de terras na fronteira, evitando-se assim uma redistribuição de terras já apropriadas no resto do país”. Essa política começou como

uma alternativa à reforma agrária e tinha como meta o assentamento de pequenos produtores do Centro-Sul do país, em terras da União às margens da rodovia federal BR-163, onde foram implantados tais projetos. Já Oliveira (1983: 77), afirma que “o processo de colonização em Mato Grosso, só será entendido enquanto parte integrante do processo de expansão do capitalismo no campo, que necessita do pequeno produtor enquanto produtor de mercadorias para o mercado, e como consumidor dos produtos industrializados”.

Conforme Rodrigo A. de Azevedo (1996: 68), o Estado de Mato Grosso passou por profundas transformações no que se refere à utilização do seu espaço nas últimas décadas. “Estas transformações, iniciadas na década de setenta e que, evidentemente não se restringiram ao Estado de Mato Grosso, mas atingiram o país todo, surgiram de um conjunto de políticas, baseadas principalmente no crédito subsidiado para a agricultura, numa política de ciência e tecnologia agressiva (fundamentada nos princípios da modernização agrícola) e na política de colonização e ocupação do espaço regional.” Para este pesquisador, estas medidas foram elaboradas pelos governos militares, com o objetivo claro de mudar a face do campo brasileiro, saindo da situação em que se encontrava, do arcaísmo, e entrasse num processo de modernização, conforme dizia o discurso oficial da época. Este processo de transformação iniciou-se na década de 70 e foi garantido por um conjunto de políticas públicas do governo federal.

Barrozo (1992: 07) destaca ainda que, “na década de sessenta os objetivos propostos pelo governo federal para ocupar o “vazio demográfico” da Amazônia foram retomados. Esta nova “marcha para o oeste” foi retomada por Juscelino Kubitchek, que construiu Brasília e as grandes rodovias inter-regionais. Depois vieram as rodovias da Amazônia, já na década de setenta.”

No processo de ocupação da Amazônia mato-grossense estava em jogo a realização da ‘soberania nacional.’ Era preciso povoar a fronteira, afirmavam os governos militares. O Presidente da República Costa e Silva discursando em Belém em 1968, afirmava que: “Ocupemos a Amazônia hoje ou a perdemos”. Havia uma “necessidade” da extensão do controle estatal e da integração política. Nesse contexto, precisamos entender que a ocupação da Amazônia faz parte de uma política nacional iniciada “sob o regime populista de Vargas e sobretudo sob o Regime Militar, o ponto de apoio essencial do nacionalismo brasileiro -, dentro do discurso ufanista da figura nacional proposta pelo Estado para firmar sua legitimidade: Brasil = Amazônia. Sendo a

SUDAM, o organismo federal que mais contribuiu para a ‘ocupação e desenvolvimento’ da Amazônia via grande empresa, concedendo subsídios e crédito farto e barato pelo governo federal através desta Superintendência.

Vários fatores contribuíram para a ocupação da Amazônia, entre os quais destacam-se: a pressão sobre o latifúndio no Nordeste, os conflitos no Sul do Brasil e a consequente tensão social. Mas quem eram os migrantes que vieram para Mato Grosso? Os “pioneiros,” vieram em busca de terra. Os colonos buscavam a terra como meio de produção e melhores condições de vida, já os colonizadores como reserva de valor, especulação imobiliária e enriquecimento. Eram originários do Nordeste, do Sudeste e do Sul do Brasil, os quais saíram de suas regiões de origem atrás de uma melhora de vida e incentivados pelos colonizadores, atendendo ao apelo do Governo federal para “ocupar a Amazônia para não entregar.” Portanto, é necessário que seja problematizada esta questão: Não entregar para quem? Sob que aspectos? Ocupar para servir a quais interesses?

No contexto das Políticas de Colonização no Brasil Contemporâneo, destacamos a expansão do capitalismo na chamada fronteira agrícola, através do processo de ‘modernização do campo’, onde um conjunto de políticas públicas foram lançadas visando ampliar as bases para sua industrialização. O avanço do capital feito rolo compressor, no chamado ‘progresso a qualquer custo’, tudo esmaga na rota da acumulação e da sua reprodução, teve o seu campo de atuação ampliada. É neste contexto, que entendemos a luta pela terra, as relações de poder e dominação, estudando o desenvolvimento econômico, social e político da sociedade contemporânea. A ocupação da Amazônia brasileira (e mato-grossense) está inserida nesse processo histórico de disputas, interesses e contradições pela questão agrária, fundiária e ambiental. Estamos diante de um processo de luta para entrar na terra. Terra esta, que foi mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes, e não para as pessoas que foram expulsas do campo ou da cidade e seguem em busca da terra prometida em regiões da fronteira em expansão da sociedade brasileira. Nas palavras de Barrozo (1992: 08), “as profundas transformações que a agricultura brasileira tem passado a partir da década de setenta do século XX revela também, suas contradições presentes no interior da estrutura agrária e revela sua componente contemporânea: a luta pela reforma agrária”.

Elder A. de Paula (2003: 28), em seu estudo sobre Estado e Desenvolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental, afirma que foi a noção de progresso que orientou a expansão capitalista na Amazônia nos anos 1970, enquanto estratégia de controle e dominação da Amazônia, amparados na ideologia da Escola Superior de Guerra: segurança e desenvolvimento. Conforme este pesquisador,

Esta estratégia passou pela extinção da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia) e pela criação da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Essas transformações na estruturação do chamado ‘desenvolvimento regional e desenvolvimento nacional’, alimentado pela ideologia da ‘Segurança e desenvolvimento’ da Escola Superior de Guerra, passavam a ser planejadas dentro do e pelo próprio Estado através de seus planos de ação. Papel singular passava a ser desempenhado pelo então Ministro do Planejamento Roberto Campos, ‘um árduo defensor da tese entreguista aos norte-americanos das riquezas nacionais (*Idem*: 124)

Paula (*Idem*: 30) afirma ainda, que no período da ditadura militar, no intervalo entre 1964 e a década de 1980, as políticas e estratégias de desenvolvimento adotadas pelo comando do Estado para “integrar” a Amazônia no processo mais geral de acumulação privilegiaram, em larga escala, a instalação de empresas multinacionais de grande porte na região, como foi o caso do projeto Jarí no Amapá. Portanto, a interferência na ‘nossa Amazônia’ começa pela ação governamental em favor dos interesses privados.

Ariovaldo U. de Oliveira (1995: 48) em seu estudo sobre “a fronteira amazônica mato-grossense” afirma que, “a análise das políticas públicas implantadas no Brasil, particularmente durante os governos pós-64, é fundamental para compreendermos a lógica do processo de inserção da região e do País no capitalismo mundializado. A mundialização do capitalismo no Brasil passa necessariamente por essas políticas.” Para este autor, toda a construção da ideologia da segurança nacional gestada na Escola Superior de Guerra estava assentada nos acordos militares assinados entre o Brasil e os Estados Unidos, fundada na tese ‘o que não se entregar aos Estados Unidos entregar-se-á à União Soviética. Oliveira (1997: 136) afirma ainda que historicamente,

(...) a colonização no Brasil tem se constituído na alternativa escolhida pelas classes dominantes para evitar, simultaneamente a necessária reforma estrutural do campo e, ao mesmo tempo, suprir-se de força de trabalho para seus projetos na fronteira. Dessa forma, a abertura das novas frentes de ocupação na Amazônia sempre trouxe consigo este caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira no interior da lógica do desenvolvimento capitalista. Assim, o processo que leva os grandes capitalistas a ‘investirem’ na fronteira contém o seu contrário,

a necessária abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo.

Muitos empresários investiram na ocupação da Amazônia pela pata do boi. Este processo vem e continua sendo marcado, pois, pela violência e pela morte. A fundação e organização da União Democrática Ruralista – UDR é parte significativa do processo.⁴

Esse modelo de economia brasileira ‘alimentada’ na ideologia autoritária cimentou a aliança do tripé econômico-social que detém hoje a hegemonia política e econômica norte mato-grossense, ou a direção, na acepção gramsciana do termo, invertendo inclusive o discurso dos governos militares: “Desenvolvimento com segurança”, ou seja, todas as estratégias do desenvolvimento capitalista estavam atravessadas de expedientes da ideologia da segurança nacional.

O Ministro do Planejamento Roberto Campos em suas justificativas defendia a ocupação da Amazônia, concebendo-a como um “vazio” a ser “rapidamente ocupado”. Nessa estratégia de desenvolvimento regional, a “operação Amazônia” – lema do Projeto Rondon: “Integrar para não entregar”, teve prioridade no conjunto das políticas governamentais.

Dessa forma, o lema “integrar” significava abrir caminhos, criar condições para que fosse possível a exploração dos recursos naturais pelos grandes monopólios multinacionais. Portanto, como afirma Ariovaldo (1997: 51), o entendimento do lema do Projeto Rondon deve ser feito pela leitura de seu contrário, ou seja, “integrar para entregar.”

Nesse sentido, sob a bandeira de “Integrar para não Entregar,” a partir do Governo do Presidente Emílio G. Médici, criou-se o PIN – Programa de Integração Nacional, destinado a construir as Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (BR-163) juntamente com a colonização e reforma agrária na faixa de cem quilômetros de cada lado das novas Rodovias. Como afirma Oliveira (1983: 67) criou-se o “INCRA, tendo como objetivo maior a promoção e execução da reforma agrária, e a direção dos destinos da colonização, o desenvolvimento do cooperativismo e formas de associativismo.”

⁴ A esse respeito consultar os estudos de Sonia Regina de Mendonça sobre a Classe Dominante Agrária Brasileira: natureza e comportamento das principais organizações políticas da classe dominante no meio rural, como a SNA – Sociedade Nacional de Agricultura, a SRB – Sociedade Rural Brasileira e, especialmente a UDR – União Democrática Ruralista e seus representantes. A autora analisa também as relações promíscuas entre as classes dominantes e o Estado Brasileiro, particularmente no que se refere a sua influência nos rumos da política agrária e agrícola.

Dentro do processo de expansão do capitalismo na Amazônia mato-grossense, os conflitos sociais foram tratados como casos de polícia. Uma de suas principais características foi a militarização do tratamento dessa questão. Desse modo, esse tipo de política passa a ser tratada como uma questão administrativa, como o comércio, vigilância e controle do espaço, para tornar-se uma questão policial-militar. Como afirma Souza Martins (1985: 178) em sua obra “a militarização da questão agrária no Brasil”:

A expansão do capitalismo no campo tem sido acompanhada diariamente pela expansão da luta dos trabalhadores, a disseminação dos conflitos pela terra, a difusão de concepções paralelas e antagônicas sobre direito de propriedade que contestam a legitimidade do direito vigente e dominante. Essas lutas questionam o pacto político que faz dos grandes proprietários um dos sustentáculos políticos do Estado Militar. Para evitar que elas levem ao fim desse pacto, o Estado vem promovendo a militarização da questão agrária.

As questões políticas na defesa das grandes propriedades ou dos interesses burgueses garantidos pelo Estado, a força policial tem sido, muitas vezes, o ‘braço armado’ do capital em defesa de seus interesses. Mas qual foi o papel social e político desses projetos de colonização (público ou particular) na Amazônia Mato-grossense?

Por que os colonos partiram, aderindo aos Projetos de Colonização? Segundo Souza Martins (1985: 179), “partiram porque tinham necessidade da terra para trabalhar e para deixar aos filhos, supondo que no Sul a terra era pouca e a propriedade fundiária concentrada pelos empresários rurais. Partiram porque no Sul não havia mais condições de ganhar a vida, senão como parceiros, e viviam em um estado de pobreza. Partiram, enfim, porque acreditavam nas promessas que lhes foram feitas.” Nas palavras de Ariovaldo U. de Oliveira (1997: 168):

A partir do golpe militar de 1964, o Estado retomou as propostas de colonização agrícola baseada na propriedade familiar que, desde o século XIX, vêm sendo implantada na sociedade brasileira. No estatuto da terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964) propõe-se a colonização “sobretudo com vistas à necessidade de expansão de nossa fronteira agrícola e à ocupação dos vazios geográficos que a vastidão do nosso território ainda está apresentando.” Assim, a colonização, oficial e particular, é proposta como um dos aspectos da política de desenvolvimento rural.

Contudo, Oliveira (1997: 168) afirma que somente em 1966 seria regulamentada a legislação a respeito, definindo-a do seguinte modo: colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu

aproveitamento econômico, mediante o exercício das atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nelas previstas (Art. 5 do Dec. nº 59.428, de 27/10/1966).

Conforme Souza Martins (1985: 180), frente “a orientação do governo federal de transformar a questão da terra em questão de segurança nacional, traço marcante do atual regime político...”, na realidade, é a crise da modernização da agricultura no regime autoritário que apresenta suas contradições.

Um dos projetos de colonização oficial para atrair nordestinos para a Amazônia foi o de Altamira no Pará, às margens da Rodovia Transamazônica em 1970. Outro foi o projeto particular Canarana, criado em 1975 em Barra do Garças/MT. Em seguida no norte de Mato Grosso, o projeto particular Terra Nova – criado em 1978, às margens da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), Peixoto de Azevedo em 1980 (organizado pelo INCRA e COTREL – Cooperativa Triticola Erechim/RS); Lucas do Rio Verde (INCRA) em 1981, este foi implementado como resposta militar à luta pela terra dos colonos da Encruzilhada Natalino/RS, todos às margens da mesma rodovia.

José Vicente T. dos Santos (1993: 174) afirma que, “em meados dos anos 70, o Estado Autoritário retomou a colonização como estratégia de solução para a questão da terra das regiões meridionais.” Sucederam-se os projetos que privilegiavam a clientela sulina. Esses colonos que saíram do Rio Grande do Sul, devido aos conflitos com as nações indígenas, sem terra e sem recursos financeiros, sua transferência expressa claramente a face política da colonização desenvolvida pelos governos militares pós-64. Nas palavras de Tavares dos Santos (1993: 174) era:

(...) promover e agilizar o processo de povoamento dos grandes vazios demográficos da Amazônia Mato-grossense, mediante a ocupação racional e ordenada do território através de Programa de Colonização, ordenando o fluxo migratório com a transferência para essas regiões de famílias de colonos desalojados de áreas indígenas e que compõem os grandes contingentes de produtores rurais sem terra, excedentes das regiões mini-fundiárias do Sul do País.

Para a região norte de Mato Grosso, mais especificamente às margens da BR-163, afluiu um grande contingente de migrantes vindos, a partir da década de 70, dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (que depois de 1975 sofreram catástrofes ecológicas de enchentes, geadas e secas consecutivas). Esses migrantes que passaram a

ocupar esta região eram pequenos proprietários rurais, posseiros, sitiantes, que “vendiam” suas terras no Sul para se tornarem em Mato Grosso pequenos proprietários.

Neste contexto, percebemos que os migrantes partem rumo a uma nova Colonização de Rondônia e do Norte de Mato Grosso, fugindo de uma pobreza crescente, frente à concorrência com os grandes produtores, da falta de crédito e condições de se manterem no campo. Assim, as migrações foram estimuladas pelo governo, a povoar outras zonas de fronteiras, “prestes a recebê-los” como proclamavam os planos de colonização. Para o governo, fronteira segura era fronteira colonizada pelos pequenos proprietários. Estes migrantes chegando às “novas terras” irão encontrar uma série de dificuldades como clima extenuante, doenças tropicais e isolamento. Os migrantes originários do Paraná que conseguiram acumular um pequeno pecúlio quando da venda de suas terras preferiram se dirigir ao Estado de Mato Grosso, onde a Colonização Privada oferece condições mais favoráveis de instalação, apesar do custo mais elevado das terras, como ocorreu na Gleba Celeste (SINOP) e na INDECO (Alta Floresta).

O Governo Federal concedeu terras para colonização às empresas privadas. As empresas Colonizadoras Privadas (SINOP, INDECO, COTRIGUAÇU), conseguiram grandes áreas devolutas, dividindo-as em milhares de lotes, revendidos depois principalmente para colonos do Sul do Brasil. A INDECO, Colonizadora de Alta Floresta, adquiriu 400 mil hectares no extremo norte de Mato Grosso, onde desenvolveu seu projeto de colonização, a partir de 1973, vendendo lotes de 100 a 300 hectares a preço de mercado, especialmente a colonos paranaenses.

Nesse processo de ocupação da região norte de Mato Grosso, percebe-se uma política de valorização do empreendimento, em um ciclo rápido. Exige-se, além dos benesses fiscais, a superexploração do trabalho. A Colonizadora Sinop, ocupou uma área de 645 mil hectares, divididos em lotes de diferentes tamanhos. Foram instalados quatro núcleos urbanos e de apoio dentro da área de colonização: Vera, Santa Carmem, Cláudia e Sinop, que hoje é sede do município do mesmo nome e a principal cidade do projeto, após se desmembrar de Chapada dos Guimarães em 1979.⁵

As empresas de colonização que atuam em Mato Grosso, são empresas que adquiriram experiências em colonização nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Após três décadas do início da colonização no norte de Mato Grosso, onde 80%

⁵ Para compreender o processo de colonização e ocupação do norte de Mato Grosso e mais especificamente da antiga Gleba Celeste, consultar: (SOUZA, 2004).

da colonização foi realizada por empresas particulares, nossas pesquisas indicam que muitos migrantes não conseguiram a “terra prometida” pelo qual sonharam e foram para Mato Grosso. Muitas dessas pessoas foram enganadas e iludidas pelos empresários do ramo imobiliário, tendo suas terras perdidas em troca de dívidas e/ou em fracasso de projetos de colonização. Portanto, ocorreu um grande retorno para as cidades de origem levando uma triste lição dos chamados projetos de colonização.

Um importante estudo desenvolvido por José Vicente T. dos Santos sobre o retorno dos colonos desses projetos de colonização para o Rio G. do Sul, o sociólogo mostra que, esses migrantes passaram a ter um papel político de estímulo à denúncia da colonização como alternativa à crise do campesinato meridional.

Oliveira (1995: 141-42), afirma que os “governos militares pós-64, procuraram ‘administrar’ esta contradição (do desenvolvimento do capitalismo no campo), e, ao mesmo tempo, aprofundaram-na. Reprimiram os movimentos sociais e passaram a dar apoio aos investimentos privados no campo. Através das políticas públicas da SUDAM, gerando conflitos na região entre capitalistas do Centro-Sul do País e os índios, posseiros e grileiros de terras.”

Conforme Tavares dos Santos (1985: 181), uma das formas de se entender o retorno dos colonos da Amazônia Mato-grossense para o Rio Grande do Sul é a falta de condições estruturais para se viver nos projetos. “Ao voltar, salientam a necessidade da união entre os colonos para pressionar o Governo, até mesmo mediante invasões de fazendas, pois a propriedade fundiária está concentrada e precisam de terra para trabalhar. O retorno da Amazônia lhes aparece como um direito de liberdade numa sociedade na qual há uma ‘democracia louca’ pois ‘uns têm demais e outros não tem o mínimo.” Neste contexto, percebe-se que os colonos retornados aparecem no interior da luta pela terra, confrontando a propaganda oficial a partir de suas vivências. Nas palavras de Tavares dos Santos (1985: 167-168):

(...) os colonos retornados dos projetos de colonização da Amazônia Legal constituem um personagem pleno de significados sociais e políticos para a sociedade agrária do Sul. Por um lado, é a manutenção da produção camponesa nesta região que permite aos colonos regressarem à suas áreas de origem – não excluindo que muitos sigam adiante, para as frentes agrícolas de Rondônia, Acre, Amazonas ou Roraima. (...) ao passarem a recusar a opção estatal de reassentamento em projetos de colonização na Amazônia Legal, esses movimentos sociais acentuam a crise de legitimidade das propostas do Estado brasileiro para a questão agrária.

Os fatores acima discutidos mostram o fracasso dos projetos de colonização para os colonos, já para os capitalistas que “investiram” na Amazônia mato-grossense foi um ótimo negócio. Sabe-se que esse modelo de colonização produziu naquele espaço uma concentração fundiária, com baixa produtividade e o não cumprimento da função social da terra. Conforme Tavares dos Santos (1985: 185), “se em vez da racionalidade dos planos e da necessária morosidade de uma ocupação que visa efetivamente à valorização do homem, existir, como é o caso, uma preocupação marcante com o ‘fazer depressa’ e manter um clima de ‘projeto-impacto’, por parte do governo, ao que se soma o interesse da acumulação da grande empresa capitalista”.

O Estado mobilizou a capacidade de trabalho, implantando infra-estrutura ao construir estradas, valorizando a região e potencializando o trabalho dos colonos, agentes principais no processo de reterritorialização da Amazônia mato-grossense.

Neste contexto é importante dizer que todo o processo de ocupação do espaço agrário norte mato-grossense manifestou-se a partir de um conjunto de atividades como extrativismo florestal, agricultura extensiva e pecuária, numa área de fronteira ocupada por migrantes. Afirmamos que, nas últimas três décadas do século XX, o Estado de Mato Grosso foi marcado por disputas, colonização e ocupação de terras, no âmbito da fronteira amazônica, por forças capitalistas, apoiadas em políticas oficiais com atividades ligadas à exploração da natureza e a posse e uso da terra para o avanço do agronegócio, utilizando-se para isso, mecanismos de apropriação privada e expropriação no contexto da lógica destrutiva e predatória do capital sobre os recursos naturais e sobre os trabalhadores. O domínio privado de grandes áreas de terras públicas, apoiados pela sociedade política regional, desrespeitou a Lei e o problema de regularização fundiária, ainda é uma questão em grande parte a ser resolvida. Visando criar bases legais para efetivar a modernização capitalista no campo e os interesses empresariais, estas forças construíram um arco mais amplo de alianças políticas (local, regional e nacional), a fim de defender os seus interesses, através dos seus canais de interlocução no âmbito da sociedade política, onde expressa a importância atribuída à esfera institucional enquanto trincheira de lutas (PAULA, 2007: 04).

São agentes da frente pioneira para usar o termo utilizado por Souza Martins para classificar os empresários que ocuparam a fronteira amazônica capitalista, principalmente, “investindo” na especulação imobiliária e com grandes investimentos públicos, como subsídios fiscais e creditícios. São poderosos sob o ponto de vista econômico e político, pois controlam as principais agências da sociedade civil, como

sindicatos patronais, Meios de Comunicação e elegem seus representantes na sociedade política. Esses grupos geralmente residem nas cidades como Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Alta Floresta e Nova Mutum, onde também atuam em outros setores como o comércio, indústrias e venda de terrenos (especulação imobiliária) nessas cidades de fronteira onde as empresas particulares de colonização ainda possuem grandes quantidades de terras no meio rural e urbano. Politicamente são forças reacionárias, usam o discurso do Progresso para todos e apropriam-se das idéias ou projetos de outros. Além da memória e da história regional em seus discursos com uma forte conotação anacrônica, desenvolvem práticas autoritárias, violentas e ameaçadoras, porém defendidas pelos donos do poder como uma “verdade inquestionável”, fator presente nas relações de poder político instituído nas últimas três décadas na região norte de Mato Grosso.

É importante destacar que essas práticas político-eleitorais vêm sofrendo mudanças a partir da decadência da atividade madeireira na região, dando lugar ao trabalho evangelizador dos caciques políticos e eternos candidatos junto às Igrejas católicas, evangélicas, mídia, comércio e prestação de serviços. Além dessas práticas políticas constatamos outras caracterizadas como, fornecimento de cesta básica, óculos, dentadura, passagem de ônibus, festas de formaturas para estudantes secundaristas e universitários (inclusive constatamos que todas as formaturas em Universidade Públicas e particulares de Sinop e região, o Patrono ou o Parainfo foi ou é um Político).

Considerações finais

Desta forma, acreditamos ter assim, analisado os principais fatores que possibilitaram a ocupação da Amazônia mato-grossense, especialmente a partir da década de 70 do século XX. É importante acrescentar que, além desses fatores acima citados, no plano macro dos governos militares, tiveram destaque: a estratégia de crescimento pelas exportações, da ampliação do mercado interno e das exportações para o serviço da dívida externa. Para ser mais preciso, 1972, ano em que, efetivamente, se iniciou o processo de ocupação liderado pelas colonizadoras particulares, regidas pela política de valorização da Amazônia.

Nossa análise pretendeu indicar que a crise fundiária e agrícola das regiões camponesas do Sul do Brasil gerou uma situação de conflito social, a qual vem antepondo o Estado ao campesinato. Aquele, tem restringido progressivamente as

opções de resolução da crise agrária à proposta de colonização oficial e particular na Amazônia Legal. Por outro lado, “os colonos retornados dos projetos oficiais e particulares da Amazônia Legal, geraram um novo personagem social e político no Sul do País. São aqueles colonos que iludidos, coagidos ou persuadidos, partiram para ganhar a vida mas que após tentarem trabalhar e produzir, voltaram para o Sul.” Para Tavares dos Santos (1985: 185):

Retornaram com a consciência modificada pela árdua experiência das novas terras e, agora, reagem, denunciam e participam da gestação da recusa da política de colonização. Assim, ao se reinserirem nos movimentos camponeses meridionais, os colonos retornados agregam às reivindicações pelo produto e pela terra outro significado que perpassa as várias mobilizações: a negação das propostas oficiais de transferência para a Amazônia. Ou seja, em sua atual trajetória, os camponeses retornados contribuem à gestação da recusa das políticas de colonização do Estado autoritário.

Afirmamos que a continuação da migração rumo às ‘novas cidades’ ainda mais recentes, como Novo Progresso/Pará, tem demonstrado que podemos colocar em dúvida se Mato Grosso será o ponto final deste processo. Em pesquisas desenvolvidas em âmbito nacional, estudamos a relação Estado/sociedade na fronteira amazônica mato-grossense, principalmente procurando entender como se dá a relação de poder e dominação nos chamados “projetos de colonização”, particularmente aqueles localizados no norte do estado de Mato Grosso, parte da Amazônia Legal, a partir da década de 70 do século XX.

Os resultados das nossas pesquisas indicaram que no norte de Mato Grosso predominou uma política que se impõe pelo controle e vigilância social, onde o Estado aparece ‘irradiando’ segurança ao se colocar como o grande administrador da economia doméstica, aquele que tem o monopólio dos instrumentos racionais capazes de acelerar o bem-estar social e fomentar o progresso. E foi em nome do desenvolvimento econômico e do bem-estar social que o governo autoritário justificou e estimulou a colonização particular na Amazônia, que não deveria ser somente privada, mas fundamentalmente controlada e disciplinada.

Neste contexto, percebe-se que as cidades do Norte de Mato Grosso são extremamente conservadoras, politicamente mantém suas práticas de eleição, com verdadeiros ‘currais eleitorais’ atrelados aos setores madeireiro, agrícolas e aos donos da terra (ordem privada), que financiam campanhas eleitorais, defendendo seus interesses em âmbito local e estadual. Existe um controle social e político de certos

setores privilegiados, mantendo desta forma, o domínio e a ‘vantagem’ em seus devidos redutos eleitorais. Estes agentes políticos controlam os votos e também o valor do voto como mercadoria política, ocorrendo um verdadeiro aparato de vigilância e controle social dentro das suas empresas. A estabilidade desse sistema político exige que a maioria dos empresários apoiem ‘as lideranças políticas’, manipulando resultados eleitorais compatíveis com os interesses e compromissos políticos.

Quero destacar também os desafios contemporâneos para a Amazônia Legal e em particular para a Amazônia mato-grossense. No início de século 21 a Amazônia continua sendo importante tema de debates em escala nacional e mundial e cada vez mais investigada por gente que já a conhece ou que nunca esteve lá. Entre seus principais desafios, podemos destacar as novas formas de desenvolvimento; a questão agrária e os movimentos sociais, acumulação de capital (modelo agro-exportador); questão indígena, a biodiversidade e o papel do Estado na formulação de políticas públicas eficazes e eficientes; desenvolvimento sustentável, meio ambiente e diversidade sociocultural. Neste sentido, é fundamental refletir sobre os destinos da Amazônia e a forma como o desenvolvimento da região vem ocorrendo. A contribuição das Universidades, centros de pesquisas e demais instituições é mostrar como o conhecimento científico é essencial para entender e ordenar o processo de ocupação da Amazônia e subsidiar políticas públicas e de conservação ambiental baseadas em um modelo sustentável de desenvolvimento. Para isso, torna-se cada vez mais necessário integrar pesquisas interdisciplinares e transdisciplinares. Demandas sociais e científicas devem ser discutidas de modo integrado, indicando estratégias para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Centro das atenções, quando o assunto é preservação do meio ambiente e mudanças climáticas, a Amazônia vai muito além das visões estereotipadas que fazem dela o ‘pulmão do planeta’ ou uma espécie de último e intocável paraíso, cada vez mais ameaçado pelo desmatamento e pelo capitalismo predatório sem perder de vista sua importância geopolítica e ecológica, a Amazônia é uma região tão vital para o planeta quanto complexa, sob todos os aspectos. E que só poderá ser preservada na medida em que for entendida.

Os desafios econômicos, políticos e sociais da Amazônia contemporânea são enormes. A necessidade de políticas de Estado que protejam os recursos naturais, limite o avanço do agronegócio na região, o mercado de terras e a questão da água. O desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI, são urgentes e necessárias, como a

questão da internacionalização da Amazônia, a importância do Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico e Ambiental, a proposta de criação de novos Estados no Pará e Mato Grosso e a construção de Usinas Hidrelétricas no Rio Teles Pires e Tapajós, o chamado "Complexo Teles Pires", projeto energético do governo que prevê a instalação de seis hidrelétricas na região, com capacidade de gerar 3,6 mil megawatts (MW). Esse conjunto de obras, que movimentará cerca de R\$ 20 bilhões e mais de 20 mil empregos diretos nos próximos anos, transforma o Complexo Teles Pires em um dos maiores empreendimentos de geração do País, só atrás das usinas do rio Madeira, em Porto Velho, e de Belo Monte, no Pará.

O crescente interesse nacional e internacional pela Amazônia com seus 6.683.926 km² espalhados por nove países, sendo mais da metade no Brasil, são desafios a serem enfrentados pela opinião pública e pelo Estado brasileiro no trato das complexas questões amazônicas. O objetivo maior do Plano Amazônia Sustentável, PAS, é de implementar um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia brasileira. Mas isso só será possível quando o governo federal assumir plenamente o controle da região, enfrentando e enquadrando o poder paralelo que, de fato, é que controla a economia, os recursos naturais, a vida e a morte dos habitantes. A persistência da prática de trabalho escravo é totalmente inaceitável no século 21 em qualquer lugar, ainda mais dentro de uma região onde se pretende implementar um novo modelo de desenvolvimento.

Por tudo isso, a fronteira amazônica já é um referencial obrigatório para futuros estudos e pesquisas. A importância de políticas públicas que levem à justiça social, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais sem agredir o meio ambiente. O futuro da Amazônia dependerá destas políticas, que possam executar um modelo sustentável que gere riqueza e bem-estar social. Acima de tudo, a fronteira é um local que vive seus tempos diferentes: de sonhos e esperanças, daqueles que lá nasceram ou para lá se dirigiram. Cabe ao Estado e a sociedade, transformar tais sonhos e esperanças em realidade.

Bibliografia

ALVES, Diogenes Salas; BATISTELA, Mateus; MORAN, Emílio F. (Orgs.). *Amazônia - Natureza e Sociedade em Transformação*. São Paulo. EDUSP, 2008

AZEVEDO, Rodrigo A. B. de. *Alterações espaço-temporais da agropecuária de Mato Grosso e seus reflexos na regionalização do uso da terra no período: 1970-1985*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá/MT. UFMT, 1996.

BARROZO, João Carlos. *Exploração e escravidão nas agropecuárias da Amazônia*

Mato-Grossense. Campinas/SP: UNICAMP. Dissertação de Mestrado. 1992.

_____. (Org.). Mato Grosso. *A (re)ocupação da terra na Fronteira Amazônica (século XX)*. São Leopoldo/RS: Oikos, Unisinos; Cuiabá/MT: EdUFMT, 2010.

CASTRO, S. Pereira e outros. *A Colonização Oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade*. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

BECKER, Bertha K. *Amazônia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

BECKER, Bertha e STENNER, Cláudio. *Um Futuro para a Amazônia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

_____. *Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COY, Martin e KOHLHEPP, Gerd. *Amazônia Sustentável - Desenvolvimento Sustentável. Entre Políticas Públicas, Estratégias Inovadoras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GONÇALVES, Carlos W. Porto. *Amazônia, Amazonas*. São Paulo: Contexto, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARÃES NETO. R. B. *A Cidade Simbólica: inscrições no tempo e espaço*. Cuiabá: UFMT, 2006, mimeo

OLIVEIRA, A. U. de. *A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência*. São Paulo: USP – FFLCH. Tese de Livre Docência em Geografia. 1997.

DUARTE, É. G., Da Luta pela terra à luta pela reforma Agrária em Goiás. IN: *Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH*. Vol. I. Florianópolis/SC. UFSC, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia, Expropriação e Conflitos*. 5.ed. São Paulo: Papyrus, 1995

LEITE, Sérgio (Org.). *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Porto Alegre/RS. UFRGS, 2001.

LIMA, Venício A. Mídia: *Teoria e Política*. São Paulo: 2ª. Ed. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *A Amazônia no Século XXI. Novas Formas de Desenvolvimento*. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

PAULA, Elder Andrade de. *Estado e Desenvolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza*. RJ: UFRRJ, 2003. (Tese de Doutorado)

SANTOS, Milton: *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. SP: HUCITEC, 1996.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Matuchos: *Exclusão e Luta – do Sul para a Amazônia*. Petrópolis/RJ. Vozes, 1993.

SANTOS, José V. T. dos. (org.). A gestão da recusa: o “colono retornado” dos projetos de colonização da Amazônia. In: *Revoluções Camponesas na América Latina*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

SOUZA MARTINS, José de. *A militarização da Questão Agrária no Brasil*. (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis/RJ: 2. ed. Vozes, 1985.

_____. *Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997

SOUZA, Edison Antônio de. Sinop: *História, Imagens e Relatos*. Um estudo sobre sua Colonização. Cuiabá/MT: EdUFMT, 2004.

TORRES, Maurício. (Org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq, 2005.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. In: *Lócus: Revista de História*. Juiz de Fora, vol. 3, n. 1, jan./jun. 1997, p. 84-97.

Artigo Recebido em 09/08/2012

Artigo Aceito em 02/10/2012